

PROJETO APOIAR

ACOLHER COM A PERSPECTIVA E ORIENTAÇÃO PARA INTENSIFICAR A REINserÇÃO FAMILIAR

ESCUTA DAS CRIANÇAS

**CHEGADAS,
PARTIDAS**





APRESENTAÇÃO

Olá... tudo bem?

Esta cartilha foi elaborada como uma das ações previstas pelo projeto “APOIAR — Acolher com a perspectiva e orientação para intensificar a reinserção familiar”, com a proposta de “dar voz” para as crianças de 0 a 6 anos que se encontram acolhidas institucionalmente em Belo Horizonte, ampliando a perspectiva do desenvolvimento saudável e da promoção social nesta etapa tão sensível e importante da vida.

Esperamos que a leitura desta cartilha colabore com aportes e subsídios para equipes técnicas e educadores(as) das Unidades de Acolhimento Institucional (UAI's), proporcionando ampliar o olhar sobre a promoção e o desenvolvimento saudável de crianças na 1ª infância, destacando-se as práticas psico, sociais e educativas em ambientes de proteção social, bem como efetivando direitos com dignidade, respeito e promoção social, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Boa leitura!

Fernanda Flaviana e Ivan Ferreira

CONHEÇA A PROVIDENS!

A Providens — Ação Social Arquidiocesana é uma organização social que trabalha para transformar vidas! Estamos presentes em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, levando apoio para quem mais precisa nas áreas de assistência social, saúde, educação, moradia, geração de renda, acesso ao mercado de trabalho, cuidado com o meio ambiente e muito mais!

Com mais de 70 anos de história, nosso compromisso é construir um mundo mais justo, solidário e cheio de oportunidades para o desenvolvimento e inclusão social.

Acesse nosso site e saiba um pouco mais sobre nossas ações!!!



providens.arquidiocesebh.org.br



MAS O QUE É O PROJETO APOIAR?

Financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (FMDCA BH), o projeto APOIAR teve por objetivo “proporcionar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes... em especial no que se refere ao acolhimento familiar e/ou institucional, melhorando a qualidade de vida, a interação social e a promoção humana dos atendidos, oferecendo subsídios para a superação de desigualdades sociais e a efetivação da garantia do direito à convivência familiar e comunitária”, conforme previsto no artigo 4º do ECA, o qual dispõe que

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Com isso, foram realizadas:

- pesquisa “Chegadas e Partidas”;
- formações online para profissionais das unidades de acolhimento institucional (UAI's) e de acolhimento familiar;
- seminários Temáticos (Minha Vida Fora do Acolhimento e A Força dos Laços);
- escuta qualificada de adolescentes;
- escuta qualificada de crianças na 1ª infância.

As ações do projeto APOIAR estão em conformidade com o Plano Municipal de Garantia da Convivência Familiar e Comunitária de Belo Horizonte!

VAMOS PENSAR QUE...

A experiência do acolhimento institucional representa para as crianças uma etapa marcante de suas trajetórias de vida, sendo que, em contextos de ruptura de vínculos familiares e situações de violação de direitos, a medida protetiva de acolhimento (institucional e/ou familiar) surge como um ambiente e momento de proteção e cuidado, efetivando direitos fundamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8069 de 1990), prevê medidas protetivas (artigo 101) que visam garantir condições de proteção quando ocorrem violações de direitos, sendo que

o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (parágrafo 1º).

Quando então aplicada a medida, surgem indagações importantes a se considerar, tais como:

- como as crianças, especialmente na primeira infância (0 a 6 anos), percebem essa medida?
- a partir das vivências nas unidades, como se dá o estabelecimento de vínculos, o sentimento de pertencimento, os cuidados recebidos e os desdobramentos emocionais e sociais decorrentes do acolhimento?
- quais impactos advindos da ruptura familiar e comunitária são expressos e vivenciados nos acolhimentos?
- a partir de situações de violações de direitos, o que considerar para um atendimento que colabore em minimizar tais impactos?

Vamos refletir?

O PERCURSO DO TRABALHO REALIZADO

Para viabilizar a proposta, foi elaborado um escopo metodológico com os objetivos, cronograma, estratégias participativas e instrumentos para a coleta de dados.

Foram realizadas visitas em 4 unidades de acolhimento que atendiam crianças de 0 a 6 anos, utilizando-se atividades lúdicas para as intervenções com o grupo de crianças presentes na data da visita, contando com a participação de 31 crianças no processo de atividades propostas, com idades variando entre 3 a 6 anos.

Cabe destacar que crianças de 0 a 2 anos foram observadas durante o processo de trabalho.

Brincadeiras, jogos educativos, dinâmicas de grupo e roda de conversa foram as técnicas e instrumentos utilizados, a partir do princípio de respeito à escuta da criança como sujeito de direitos, garantindo a sua participação nos assuntos que lhe dizem respeito, de forma apropriada à sua idade e desenvolvimento.

Foram coletados dados e realizadas reflexões que subsidiaram os apontamentos aqui apresentados, possibilitando “dar voz” às crianças acolhidas, apresentados nas próximas páginas!

Segundo Couto e Yazbek (2010), a escuta da criança em situação de acolhimento deve ser atravessada pela ética do cuidado, da proteção e do respeito à sua subjetividade, sem o objetivo de extrair informações, mas sim de criar condições para que a criança possa ser “ouvida” em suas expressões e sensações socioafetivas.

O QUE PENSAR EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS PEQUENAS?

As crianças de 0 a 6 anos acolhidas caracterizam-se como um público muito sensível e vulnerável no âmbito da proteção social, visto este ser um período intenso para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

Neste momento são estabelecidos vínculos afetivos fundamentais, desenvolve-se a linguagem, inicia-se a formação da identidade e das noções básicas de confiança, autonomia e segurança, sendo que a qualidade das interações e dos cuidados recebidos são cruciais para as construções pessoais presentes e futuras.

Do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, a ausência de um ambiente estável e afetivo pode gerar impactos significativos, com riscos do surgimento de dificuldades no estabelecimento de vínculos, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, alterações no comportamento e comprometimentos emocionais.

ATENÇÃO!!!

Quando o acolhimento se dá de forma prolongada ou em contextos pouco estimulantes e afetivos, considerando-se a ruptura dos laços com a família de origem e somado ao estranhamento de um novo ambiente, é possível o surgimento de sentimentos de medo, insegurança, regressões comportamentais e dificuldades de adaptação.

ALGUMAS TEORIAS PODEM SUBSIDIAR OS PROCESSOS DE TRABALHO

A partir de teorias do desenvolvimento, é possível compreender possíveis impactos psicossociais atrelados à experiência do acolhimento, devendo-se considerar alguns pontos de atenção a serem observados por profissionais, familiares e pessoas envolvidas no processo de cuidado, proteção e desenvolvimento das crianças.

TEÓRICO	CONTRIBUIÇÕES	ASPECTOS A SE CONSIDERAR NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS
John Bowlby	O vínculo com uma figura de apego estável é essencial para o desenvolvimento emocional seguro.	A rotatividade de cuidadores em instituições pode gerar insegurança e apego desorganizado.
Donald Winnicott	A criança precisa de um ambiente suficientemente bom, com cuidado estável, previsível e responsivo.	Ambientes institucionais devem buscar acolher afetivamente e garantir continuidade no cuidado, respeitando a singularidade de cada criança.
Lev Vygotsky	O desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais mediadas por adultos e pela linguagem.	A estimulação cognitiva e afetiva deve ser constante, mesmo em contextos institucionais, promovendo brincadeiras e interações significativas.
Jean Piaget	A criança aprende por meio da ação, da exploração do ambiente e da construção ativa do conhecimento.	A rotina das unidades deve ser organizada para favorecer o brincar, o movimento, a curiosidade e o exercício da autonomia.

Segundo Palácios, “ para que uma criança se desenvolva normalmente é necessário que pelo menos uma pessoa seja louca por ela” (seminário A Força dos Laços, 2025).

E AÍ... VAMOS BRINCAR MAIS COM AS CRIANÇAS?

Atender crianças em acolhimento, na perspectiva do desenvolvimento, exige sensibilidade, preparo técnico e uma abordagem adequada ao seu estágio de desenvolvimento, considerando aspectos como construção da linguagem verbal e a compreensão simbólica do mundo.

Neste aspecto, o lúdico não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma linguagem legítima da criança por meio da qual ela expressa sentimentos, elabora experiências e interage com o outro e com o mundo.

De acordo com Vygotsky e Winnicott, o brincar é uma atividade estruturante, sendo que é no jogo simbólico, na imaginação e nas interações com objetos e pessoas que a criança dá sentido às suas vivências, inclusive aquelas mais complexas, como o acolhimento, a separação familiar e a construção de novos vínculos.

IMPORTANTE!!!

O acesso às percepções, sentimentos e desejos das crianças que dificilmente seriam alcançados por meios exclusivamente verbais ou formais, reconhecendo o brincar como expressão legítima e considerando a escuta como instrumento de cuidado, são aspectos importantes no trabalho com crianças na 1ª infância.

ESCUTEMOS AS CRIANÇAS... MAS COMO?

No campo da assistência social, a escuta qualificada da criança é reconhecida como um direito e uma diretriz ética do trabalho social, e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta que a atuação junto ao público infantil deve respeitar suas singularidades, promover a participação e garantir meios adequados de expressão.

Segundo Rizzini e Pilotti (2009), a criança precisa ser compreendida como sujeito ativo na construção de sua história, e não apenas como objeto de intervenção.

PARA PENSAR!

Atividades que contemplem a observação livre e dirigida, dinâmicas com brinquedos, desenhos, contação de histórias, jogos de imaginação e expressão corporal são fundamentais no processo, sendo estes os recursos utilizados para as atividades que subsidiaram este processo de análise, em ambientes seguros e acolhedores mediados por profissionais capacitados e atentos aos sinais verbais e não verbais das crianças.

Com uma escuta atenta e cuidadosa, o atendimento pode ser feito de forma mais acolhedora, respeitosa e próxima da realidade de cada criança. Quando são ouvidas, eles se sentem valorizados, ganham confiança e aprendem a expressar suas emoções e opiniões.

ESCUTAR também é uma forma de GARANTIR DIREITOS, pois toda criança tem o direito de participar das decisões que dizem respeito à sua vida, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou seja: ouvir é muito mais do que uma conversa, mas um passo importante para que elas se sintam seguras, respeitadas e participativas no seu processo de crescimento e na construção de futuro.

O QUE DIZ A "A VOZ DAS CRIANÇAS"?

1) VÍNCULOS AFETIVOS E REFERÊNCIAS DE CUIDADO

As crianças expressaram vínculos afetivos tanto com cuidadoras e equipe quanto com padrinhos e madrinhas, apontando e nomeando referências de cuidado em interações como banho, colocar para dormir, brincar junto, dar comida, dentre outras.

Em alguns relatos, apontaram as figuras adultas como as referências de proteção, afeto e convivência.

"a cuidadora me dá banho". (Respondente 31)

"ela é minha mãe de coração". (Respondente 20)

"minha mãe me abraça e me dá carinho".
(Respondente 30)

Winnicott (1983) aponta que figuras cuidadoras consistentes e afetivas são fundamentais para a segurança emocional da criança.

Além disso, as crianças encontram umas nas outras o apoio e laços afetivos importantes, brincando juntas e, em certos momentos, referenciando as outras crianças como "amigos" ou "irmãos".

2) ROTINA, ATIVIDADES E CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA

Algumas crianças relataram com entusiasmo suas experiências em espaços como a escola, a casa dos padrinhos e atividades como futebol, ampliando o repertório social e fortalecendo vínculos comunitários que contribuem para o sentimento de pertencimento e autonomia, expressando atividades preferidas e o que lhes dá alegria e satisfação, tais como a hora do lanche, leitura, jogos e música.

“a hora do lanche é a minha preferida”. (Respondente 09)

“eu gosto de jogar futebol na escolinha”. (Respondente 04)

Regras e rotinas são importantes no processo de desenvolvimento, autonomia e convivência com os outros, podendo gerar estabilidade para a adaptação e segurança emocional infantil.

Interessante como o apadrinhamento afetivo desponta como um aspecto no cotidiano de algumas crianças.

“gosto de ir na casa da madrinha”. (Respondente 02)

“na casa da madrinha tem piscina, gosto de nadar”.
(Respondente 07)

“gosto de ir na casa da madrinha e comer hambúrguer”.
(Respondente 06)

PARA PENSAR:

Garantir a convivência familiar e comunitária faz parte de um direito a ser garantido para as crianças, de forma segura e protegida.

3) VIVÊNCIAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS E IMPACTOS EMOCIONAIS

Por meio do lúdico e de expressões verbais (reação a imagens e histórias apresentadas), manifestam o peso emocional que muitas vezes carregam por terem sofrido violências, negligência ou outras violações de direitos.

“Quando a mãe bate no filho, ele chora”. (Respondente 28)

Atividades lúdicas revelaram sentimentos como tristeza, raiva, medo e alegria, apontando ausência da família, conflitos com colegas, perdas recentes (como a saída de outra criança da casa) e memórias afetivas com familiares.

“Minha mãe me dá carinho”. (Respondente 25)

Bowlby (2011) demonstra que a quebra de vínculos ou ausência de figuras estáveis pode gerar insegurança emocional, sendo possível captar o impacto emocional dessas rupturas na primeira infância, ainda que de forma ambivalente.

Outra observação durante as visitas foi a presença constante de visitantes e voluntários, que embora recebidos com alegria pelas crianças, podem gerar angústia pela rotatividade e pelas despedidas constantes.

“vou visitar sua casa um dia?” (Respondente 17)

“vocês vão voltar?” (Respondente 20)

Crianças demonstraram forte desejo de contato e, ao mesmo tempo, tristeza visível com as partidas.

4) O BRINCAR E A ESCUTA: A CRIANÇA COMO PROTAGONISTA

A metodologia lúdica se mostrou adequada e potente, possibilitando que as crianças conseguissem expressar sentimentos, gostos, relações importantes e rotinas.

Contação de histórias, dominó com figuras, mímicas e cartas de sentimentos facilitaram a comunicação, respeitando o modo infantil de perceber o mundo, sendo que, além disso, as crianças propunham muitos tipos de brincadeiras e conduziam o encontro ao seu modo de ver.

É importante observar que as próprias brincadeiras propostas por elas podem ser meios de expressar sentimentos, conflitos emocionais ou pontos de segurança, sendo um investimento importante a se considerar no cotidiano e práticas do atendimento.



5) ESTRUTURA DAS UNIDADES E ATUAÇÃO DAS EQUIPES

Foi perceptível o relacionamento e convivência da equipe de educadoras nas unidades, onde elementos como preparo, envolvimento, vínculo com as crianças e atividades educativas fazem a diferença, bem como riscos de “falas autoritárias”, pouca mediação de conflitos ou espaço físico mais inseguro.

Rizzini e Pilotti (2009) defendem que a qualidade do cuidado institucional impacta diretamente a experiência de proteção ou revitimização das crianças, em que a ética, o afeto e práticas não violentos são diferenciais.

Estruturas físicas que contemplem a faixa etária, boa organização de equipe, rotina da casa, brinquedos e materiais lúdicos colaboram para um ambiente acolhedor e impulsionador da autonomia e desenvolvimento saudável.

COMO TEM SIDO AS VISITAS DAS FAMÍLIAS NOS SERVIÇOS?

A convivência familiar é um direito fundamental de toda criança e adolescente, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo que, quando ocorre o afastamento do convívio familiar, faz-se necessário a manutenção dos vínculos afetivos com a família de origem, sendo este um dos principais eixos do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas.

As visitas familiares assumem papel essencial no processo de fortalecimento de laços, reconstrução de vínculos e preparação para o retorno ao convívio familiar, sempre que possível.

A visita da família representa para a criança ou adolescente um momento de ACOLHIDA EMOCIONAL, de reafirmação de pertencimento e de esperança, e mesmo diante de histórias marcadas por rupturas, negligências ou violências, o reencontro com a família pode favorecer a ressignificação da experiência vivida, promovendo sentimentos de continuidade e identidade.

ATENÇÃO:

Este é um momento no qual a equipe técnica pode intervir de forma dialógica, orientando, apoiando e fortalecendo as competências familiares, sempre com foco na proteção e no bem-estar das crianças e adolescentes.

EQUIPE TÉCNICA E A FAMÍLIA: ASPECTOS A CONSIDERAR

Os encontros com a família ajudam a manter viva a referência familiar, elemento central na formação subjetiva e no desenvolvimento emocional, e são momentos com função terapêutica e educativa, possibilitando reflexões sobre responsabilidades parentais, causas que levaram ao acolhimento e sobre as mudanças necessárias para a reintegração familiar.

O papel da equipe é, portanto, fundamental, cabendo aos profissionais do acolhimento promoverem condições favoráveis para que as visitas ocorram de forma acolhedora, segura e significativa, mediando possíveis conflitos e estimulando a expressão afetiva entre pais e filhos.

Além disso, o acompanhamento sistemático permite identificar avanços, dificuldades e potencialidades da família, contribuindo para a elaboração de planos individualizados de atendimento, através de uma escuta sensível, o olhar empático e o apoio psicossocial que são estratégias para favorecer o fortalecimento dos vínculos e a reconstrução das relações familiares.

PARA PENSAR:

Podemos perceber que a visita familiar é um instrumento potente de proteção e de reintegração, capaz de nutrir a esperança, reafirmar laços e abrir caminhos para que a criança exerça o direito de crescer e se desenvolver em um ambiente familiar saudável, sendo que o compromisso da equipe em apoiar e fortalecer esse processo é determinante para que o acolhimento cumpra sua função temporária e protetiva, orientada sempre pelo princípio da convivência familiar e comunitária.

ACHADOS IMPORTANTES PARA O ATENDIMENTO NA 1ª INFÂNCIA

A partir do processo desenvolvido, segue alguns aspectos importantes no atendimento as crianças nesta etapa de vida:

- Formação contínua das equipes, possibilitando preparo técnico e emocional para lidar com conflitos, expressões de sofrimento, rotinas de cuidado e a construção de vínculos, contemplando temas relacionados a práticas não violentas, escuta sensível e manejo de crises emocionais;
- Atenção ao estado emocional das crianças, a partir de protocolos e rotinas que incluam o monitoramento ativo do bem-estar emocional, com suporte da psicologia e educação emocional;
- Manutenção e estruturação do espaço físico da unidade como uma dimensão do cuidado afetivo e dos processos lúdico-pedagógicos a serem desenvolvidos;
- Gestão do fluxo de visitas e das “despedidas”, visto que as constantes chegadas e partidas de visitantes impactam no emocional das crianças, sendo necessário pensar na organização do fluxo de visitantes e voluntários, evitando-se a repetição das experiências de perda e abandono;
- Escuta qualificada a partir de técnicas participativas, utilizando o lúdico e a incorporação de escutas regulares, com metodologias infantis na rotina institucional.

ATENÇÃO!!!

Tais aspectos precisam ser pensados a partir do compromisso ético com a proteção integral da criança, respeitando sua subjetividade, dignidade e o direito a uma infância segura, estável e afetiva, planejadas por meio do investimento em estudos e políticas públicas eficazes, traduzidas pelo Projeto Político Pedagógico – PPP.

BOAS PRÁTICAS ENCONTRADAS

As visitas e observações apontaram práticas e elementos que fortalecem o acolhimento na 1ª infância, evidenciando aspectos positivos e potentes presentes no cotidiano dos serviços, podendo ser valorizados e fortalecidos, impactando nos vínculos, cuidado e o desenvolvimento infantil, os quais se mostrem essenciais na experiência de acolhimento vivida pelas crianças.

- Vínculos afetivos com a equipe de cuidado: crianças expressaram confiança, carinho e senso de proteção em relação às educadoras, sendo este vínculo essencial para o desenvolvimento emocional, especialmente diante da separação familiar;
- Estímulo à convivência comunitária: crianças relataram boas experiências em espaços comunitários e de convivência, ampliando o repertório social e fortalecendo vínculos comunitários que impactam no sentimento de pertencimento e na autonomia;
- Rotinas estruturadas e atividades significativas: a oferta de atividades planejadas e acessíveis à criança é essencial para seu bem-estar, possibilitando a expressão das emoções, tendo o “brincar” como ferramenta estruturante e expressiva;
- Acolhimento de sentimentos e construção da escuta: em unidades onde a equipe promoveu momentos de leitura, conversa e reconhecimento das emoções, as crianças demonstraram maior capacidade de nomear sentimentos, falar sobre suas histórias e partilhar experiências, evidenciando que onde ocorre espaços seguros de fala e escuta, a criança se sente vista, respeitada e acolhida;
- Iniciativas de prevenção e educação: algumas unidades realizam ações educativas importantes, como músicas de conscientização contra a violência sexual, ampliando a capacidade de autoproteção e cuidado.

Cabe destacar que esta “escuta” realizada com as crianças não teve por propósito esgotar o tema, mas colaborar com reflexões importantes que fundamentem um acolhimento que, para além de uma medida de proteção, seja um tempo de reconstrução de vínculos, escuta, respeito e desenvolvimento integral da criança.



REFERÊNCIAS

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Senado Federal, Edições Câmara, 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004.

COUTO, B. R. do; YAZBEK, M. C. **Fundamentos do trabalho social com famílias: reflexões para o trabalho no SUAS**. São Paulo: Cortez, 2010.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VYGOTSKY, Levy S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, Levy S. **A imaginação e a criação na infância**. São Paulo: Ática, 1994.

WINNICOTT, Donald W. **Brincar e realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Presidente

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Vigário Episcopal para Ação Social

Pe. Roberto Rubens da Silva

Diretora-geral

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Coordenação geral da pesquisa

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Ivan Ferreira da Silva

Elaboração e Organização

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Ivan Ferreira da Silva

Coleta e sistematização de dados

Ana Luiza Pereira

Jackson Ferreira dos Santos

Apoio – Secretaria de Relacionamento

Érlene Martins

Gilcilene Almeida

Maíla Lima da Silva

Raíza Lucas Pereira

Rebeca Carolina Figueiredo Rezende

Diagramação

Leonardo Fontes

Imagens

Canva

Revisão

Aline Almeida

Apoio

Movimento Nacional Pró-Convivência

Familiar e Comunitária (MNPFCF)

Departamento de Serviço Social da PUC

Minas

FOMENTO

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH)

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Rua Além Paraíba, 208

Lagoinha – Belo Horizonte/MG

Site:

providens.arquidiocesebh.org.br

Conecte-se com a gente no Instagram!

Escaneie o QR Code ao lado ou busque por [@providensacaosocial](https://www.instagram.com/providensacaosocial)



REALIZAÇÃO:



FOMENTO:



APOIO:

